



Sumário Executivo para Cidadãos

Estudo de opinião sobre reindustrialização, economia verde, uso sustentável de recursos e educação sobre o mar

Setembro de 2014



* O CIEJD enquanto Organismo Intermediário no quadro da Parceria de Gestão estabelecida entre o Governo Português e a Comissão Europeia, através da sua Representação em Portugal.

1. ENQUADRAMENTO

A FCUL (Faculdade de Ciências – ULisboa), o ICS (Instituto de Ciências Sociais - ULisboa) e o CITIDEP (Centro de Investigação de Tecnologias da Informação para uma Democracia Participativa), desenvolveram o projeto União Europeia: sustentabilidade e uso eficiente dos recursos: inquérito, debates e disseminação, financiado e promovido pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), com vista a concretizar o Plano de Comunicação para a informação sobre a União Europeia em Portugal, entre Dezembro de 2013 e Setembro de 2014.

As ações desenvolvidas incluíram um Estudo de Opinião, seis debates a nível nacional e a respetiva Comunicação/ Disseminação dos resultados através da Web e nos meios de comunicação social.

Com o estudo de opinião procurou-se aferir a proximidade e a perspetiva dos cidadãos relativamente aos temas em análise e promover a sensibilização sobre os mesmos, dando voz ao cidadão na definição das prioridades e políticas da UE.

Os públicos-alvo do estudo de opinião foram a comunidade escolar (professores de todos os ciclos e Alunos do Ensino Secundário), a academia (docentes, investigadores e estudantes do ensino superior) e os cidadãos.

Na comunidade escolar foram incluídos professores de todos os ciclos de ensino pré-universitário e alunos do ensino secundário, regular e profissional, em escolas públicas e privadas (699 inquiridos). Na academia foram inquiridos investigadores, docentes e alunos do ensino superior, em estabelecimentos públicos e privados, do sistema universitário e politécnico (980 inquiridos). Quanto aos cidadãos, foi inquirida a população com mais de dezoito anos (1152 inquiridos). O processo de inquirição decorreu entre Março e Maio através de uma plataforma online.

As temáticas abordadas foram: (re)industrialização versus desenvolvimento sustentável e economia verde; Estratégia Europa 2020: objetivo – crescimento sustentável: para uma economia eficiente na utilização dos recursos e sustentabilidade energética; e a importância da educação sobre o mar e os seus recursos.

Os resultados apresentados neste documento foram analisados por Susana Fonseca e Ana Delicado do ICS - ULisboa, recolhendo contributos dos restantes membros da equipa, em particular de Bárbara Barbosa Neves (CITIDEP) e de Cristina Branquinho (FCUL), bem como dos membros da Comissão Científica. O projeto teve como coordenador científico José Manuel Pinto Paixão (FCUL) e coordenador executivo Pedro Ferraz de Abreu (FCUL/CITIDEP).

Neste projeto privilegiou-se a participação de representantes de diferentes áreas do conhecimento científico e de intervenção social, através da formação de uma Comissão Científica (com representantes de diferentes áreas - ciências naturais, sociais e económicas) e de uma Comissão de Acompanhamento (com representantes de ONG de ambiente; Associação Bandeira Azul da Europa e organizações industriais). Esta abordagem trouxe uma enorme mais-valia, não apenas em relação à elaboração dos instrumentos de pesquisa mas, em particular, para o debate e reflexão sobre os resultados.

Para aceder a mais informação sobre o projeto, incluindo o relatório final completo do inquérito, consulte: <http://www.europasustentavel.fc.ul.pt/>

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

2.1. AMOSTRA

- O facto da recolha de informação ter sido feita através de um inquérito por questionário de aplicação online e os grupos específicos que foram consultados – comunidade escolar, comunidade académica e cidadãos – levou a que, a amostra final, seja altamente qualificada em termos de habilitações (68,3% possuem o ensino superior) e de profissões (quase 59% são especialistas de atividades intelectuais e científicas), jovem (a média de idades é de cerca de 35 anos), feminizada (62% dos inquiridos são mulheres) e maioritariamente residente nas grandes áreas metropolitanas e no litoral.

- Os resultados apresentados devem ser lidos com cautela em relação à sua representatividade face à comunidade académica e escolar e com extrema cautela em relação aos cidadãos, em relação aos quais, no máximo, é possível referir que estamos perante uma amostra altamente qualificada da população portuguesa.

2.2. REINDUSTRIALIZAÇÃO E ECONOMIA VERDE

- Este estudo indica que é atribuída maior importância à Economia verde (79% - *muito importante*) do que à reindustrialização (42% - *muito importante*), mas ambos os conceitos têm uma forte aceitação social.

- Verifica-se que existe já um significativo reconhecimento social do conceito de Economia verde, sobre o qual a maioria dos inquiridos (80%) já ouviu falar (Quadro 1).

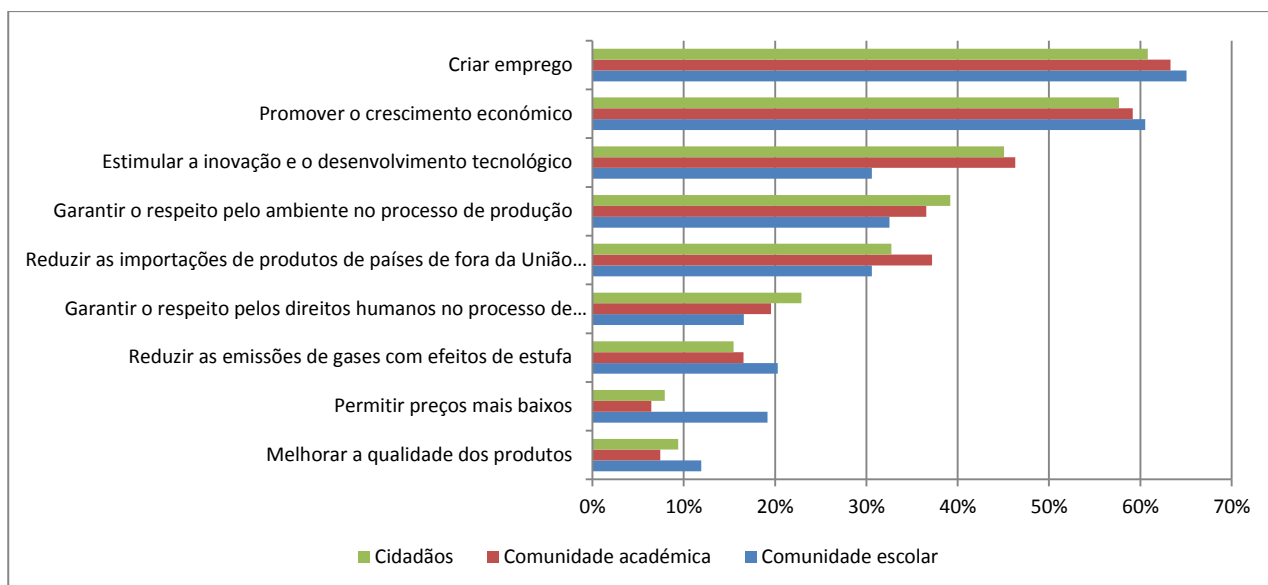
Quadro 1. Já ter ouvido falar de economia verde (%)

	Comunidade escolar	Comunidade académica	Cidadãos	Total
Sim	66,5	78,9	88,6	79,8
Não	33,5	21,1	11,4	20,2
N	696	980	1148	2858

- A reindustrialização é considerada mais importante para Portugal (67% - *muito importante*) do que para a União Europeia (36% - *muito importante*);

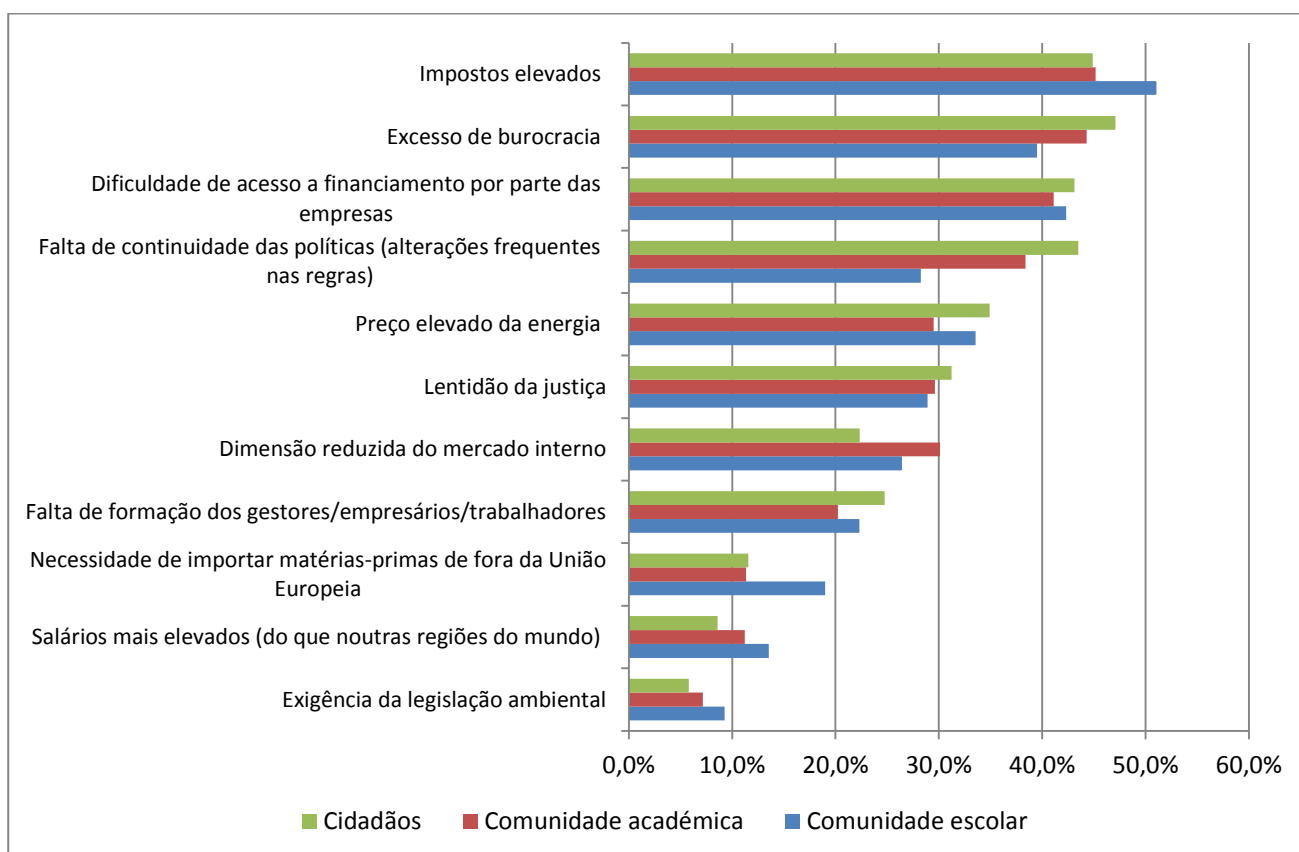
- As principais razões para apostar na reindustrialização prendem-se com fatores económicos como o *emprego* (63%) e o *crescimento económico* (59%), surgindo de seguida a *inovação e desenvolvimento tecnológico* (42%) e o *respeito pelo ambiente no processo de produção* (37%) (Figura 1).

Figura 1. Razões porque é importante reforçar o setor industrial europeu (%)



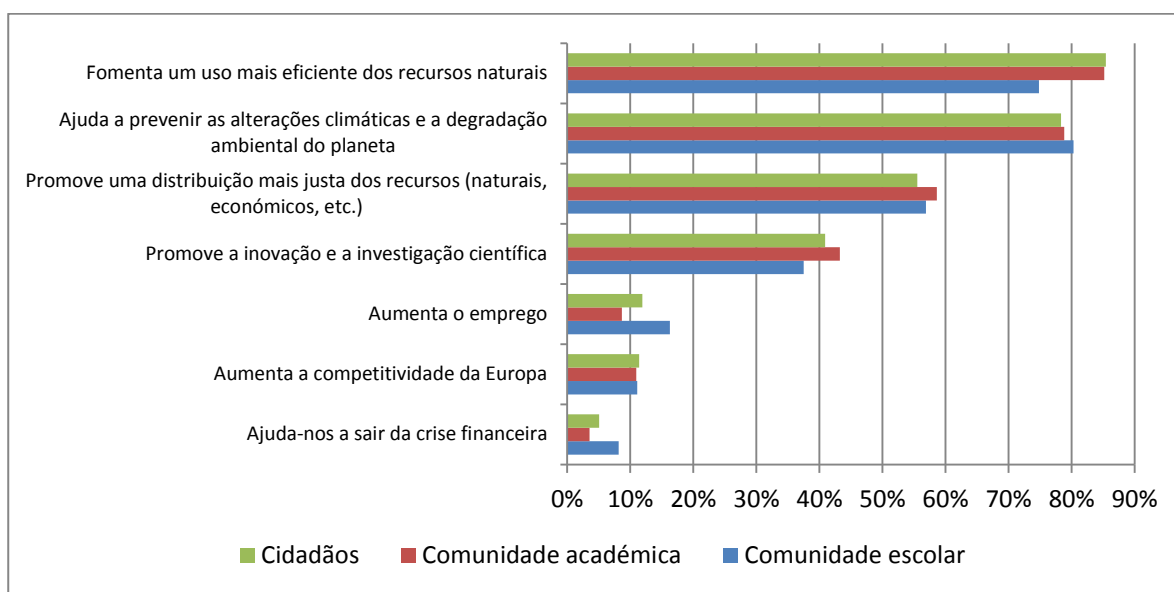
- As principais barreiras à reindustrialização identificadas em relação a Portugal foram: *impostos elevados* (46%), *o excesso de burocracia* (44%), *as dificuldades de acesso a financiamento por parte das empresas* (42%), *a falta de continuidade de políticas (alteração frequente das regras)* (38%) e *o preço elevado da energia* (33%) (Figura 2).

Figura 2. Principais barreiras à reindustrialização em Portugal (%)



- As principais razões assinaladas para se apostar no conceito de Economia verde prendem-se com fatores ambientais e de equidade, nomeadamente o facto de *promover o uso eficiente dos recursos* (83%), *ajudar a prevenir as alterações climáticas e a degradação ambiental do planeta* (79%) e *promover uma distribuição mais justa dos recursos (naturais, económicos, etc.)* (57%). De seguida surgem os reflexos que pode ter na promoção da *inovação e da investigação científica* (41%) (Figura 3).

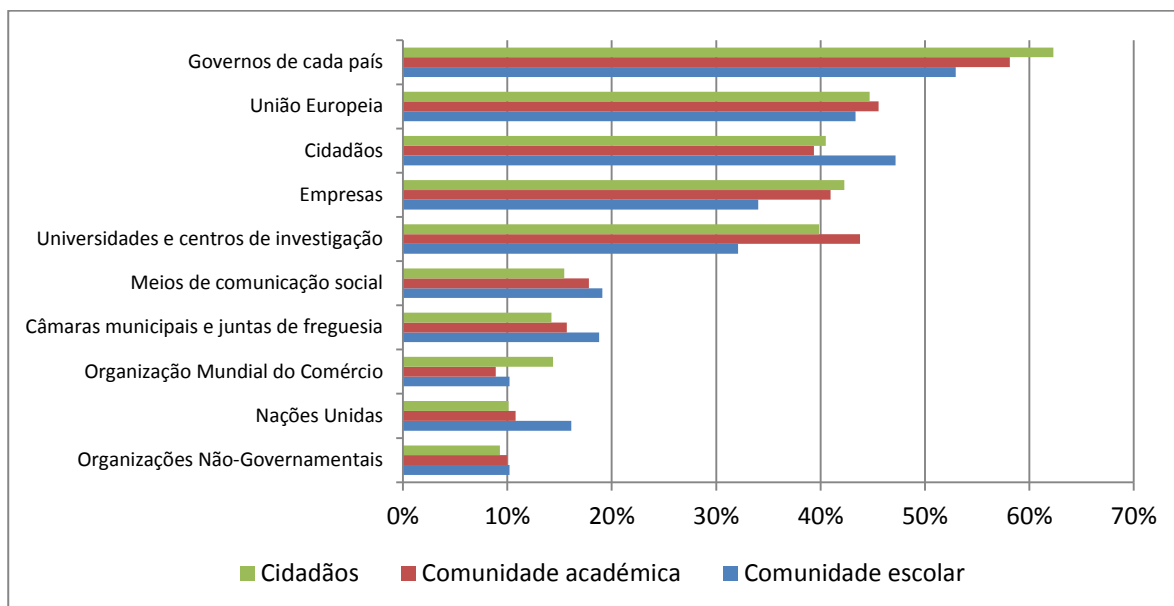
Figura 3. Justificações para promover a economia verde (%)



- Quanto aos agentes que podem dar um maior contributo para a concretização dos objetivos da Economia verde, os padrões de resposta apontam para o reconhecimento de que a concretização do modelo da economia verde necessita de ações conjuntas, ou seja, onde diferentes agentes exercem a sua capacidade de ação e influência.

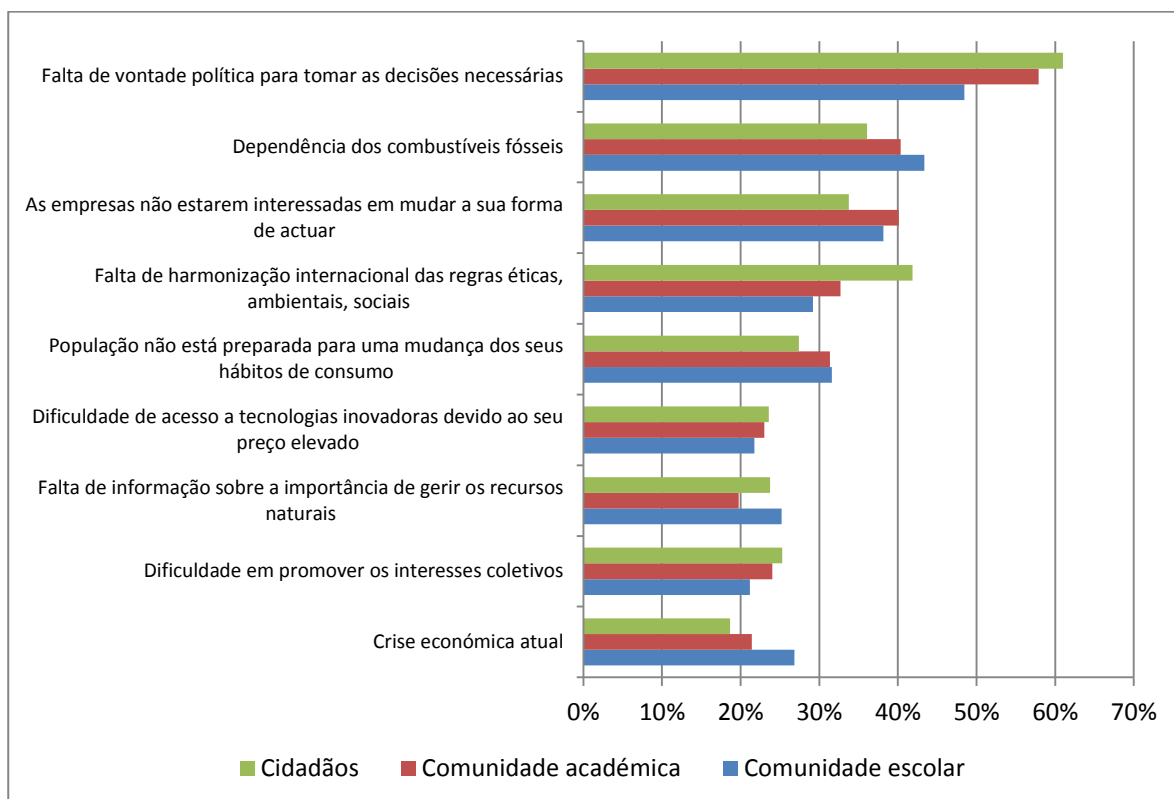
- Em termos de respostas concretas os agentes governamentais (governos de cada país e União Europeia) surgem em primeiro lugar (59% e 45% respetivamente), logo seguidos dos agentes empresariais (40%), das universidades e centros de investigação (40%), isto para além dos próprios cidadãos (42%), que surgem em terceiro lugar quando se considera a amostra total. Os meios de comunicação social (17%), o poder local (16%), a Organização Mundial do Comércio (12%), as Nações Unidas (12%) e as ONG (10%) surgem com menor relevo (Figura 4).

Figura 4. Agentes que mais podem contribuir para concretizar a economia verde (%)



- Os principais obstáculos à concretização da Economia verde identificados foram a *falta de vontade política para tomar as decisões necessárias* (57%), muito embora, a falta de vontade não seja identificada apenas em relação aos agentes políticos, sendo extensível quer aos *agentes empresariais*, quer aos *cidadãos*. A *dependência de combustíveis fósseis* (39,6%) e a *falta de harmonização de regras éticas, ambientais e sociais* (35,5%) são também identificadas como barreiras importantes à concretização do modelo da economia verde (Figura 5).

Figura 5. Obstáculos identificados em relação à concretização da Economia verde (%)



- Considerando a distribuição das respostas, o conceito de reindustrialização parece surgir num novo enquadramento, onde o desenvolvimento industrial que se preconiza não se resume apenas à sua dimensão económica do crescimento económico e emprego, mas integra também a inovação e a tecnologia, com o intuito de melhorar o seu desempenho em termos de sustentabilidade.

- O apoio esmagador ao conceito de Economia verde parece indicar que entre os inquiridos desta amostra é maioritária a perspetiva de que o futuro deve integrar a sustentabilidade. Ainda assim, estes resultados deixam transparecer uma visão do conceito de Economia Verde muito assente numa das dimensões da sustentabilidade – a ambiental – e onde a dimensão económica parece ser relegada para segundo plano. Tal poderá estar associado a um possível enviesamento “pró-ambiental” da amostra.

2.3. USO EFICIENTE DE RECURSOS E METAS 20-20-20

- Em relação ao uso eficiente de recursos, verifica-se que este tema suscita um elevado grau de consenso, uma vez que para todas as afirmações disponibilizadas perto de 90% da amostra se concentra nas categorias de concordância (no que respeita à *produção de bens duráveis*, na *alteração dos hábitos de vida*, na *importância para o desenvolvimento económico*, na *inevitabilidade deste princípio de eficiência* ou a *redução da importação de matérias primas*) ou, alternativamente nas categorias de discordância (no caso da *resolução do problema exclusivamente pela via do desenvolvimento científico e tecnológico*). Uma única afirmação suscitou a divisão de opiniões: *a proibição de venda de produtos não eficientes* recolheu 54% de opiniões favoráveis e 37% de opiniões desfavoráveis (Quadro 2).

- Os aspetos que mereceram maior concordância prendem-se com a necessidade de integrar o uso eficiente de recursos desde o primeiro momento da conceção dos produtos, de forma a garantir que o seu ciclo de vida corresponde ao objetivo inicial, bem como o reconhecimento da necessidade de se alterarem hábitos e rotinas. Assim, observa-se que os inquiridos tendem a reconhecer a necessidade de uma ação integrada a diferentes níveis (tanto individual como estrutural) para que seja possível concretizar o objetivo de usar os recursos de forma mais eficiente.

- Observa-se o reconhecimento da inevitabilidade da ação, face à finitude de muitos dos recursos que estruturam o nosso quotidiano e noção de que a ação a este nível terá impactos positivos no desenvolvimento económico. Assim, ao contrário do observado em relação à Economia verde, o uso eficiente de recursos já tende a ser associado, com maior clareza, a benefícios económicos.

Quadro 2. Grau de concordância com afirmações sobre o uso eficiente de recursos (amostra total) (%)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	N
Significa desenhar e produzir os bens de forma a serem duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis.	58,8	37,0	2,5	0,3	1,4	2833
Implica alterações nos hábitos de vida das pessoas (consumir menos, reutilizar mais)	56,1	37,4	4,7	1,0	0,8	2839
É fundamental para o desenvolvimento económico	46,4	43,9	5,2	0,6	3,8	2834
É inevitável porque os recursos se estão a esgotar	46,9	38,6	9,3	2,8	2,4	2837
Contribuirá para reduzir as	30,4	51,5	9,3	1,2	7,6	2824

importações de matérias-primas						
Requer a proibição da venda de produtos menos eficientes ou não reutilizáveis	14,4	42,0	32,1	4,8	6,8	2822
Não é uma questão relevante, pois com o avanço científico e tecnológico iremos descobrir novas fontes de recursos (por exemplo, no mar)	3,6	9,8	36,6	45,9	4,0	2823

- Estes resultados reforçam conclusões anteriores que apontam no sentido dos inquiridos desta amostra terem a perspetiva de que a implementação de conceitos como a Economia Verde ou a abordagem do uso eficiente de recursos apenas ser possível com o envolvimento e participação ativa de diferentes agentes.

- Quanto aos comportamentos dirigidos ao uso eficiente de recursos, já executados ou com disponibilidade para virem a ser adotados, constata-se que a maioria dos inquiridos já optou pela *compra de produtos mais eficientes* (76%) e pela *redução das aquisições* (71%), bem como o *desenvolvimento de esforços de sensibilização de familiares e amigos* (64%). Perto de um terço dos respondentes afirma *comprar ou vender produtos em segunda mão e ter reduzido o consumo de carne*. Um pouco mais de um quarto refere *desenvolver iniciativas no local de trabalho para promoção do uso eficiente de recursos*. Com uma taxa de resposta inferior encontram-se o *aluguer ou empréstimo de produtos*, a *participação em organizações desta área* e a *geração de energia renovável* (Quadro 3).

- Os únicos comportamentos a que os inquiridos demonstram uma menor disponibilidade para aderir são a *redução do consumo de carne de vaca e laticínios*, o *recurso a bens emprestados ou alugados*, a *participação em organizações* e a *geração de energia*.

Quadro 3. Contributo para o uso eficiente de recursos (amostra total) (%)

	Já faço isso	Estou disponível	Não estou disponível	Não sei	N
Comprar produtos mais eficientes, reutilizáveis ou recicláveis, mesmo que custem mais (ex. lâmpadas eficientes)	75,7	18,6	3,6	2,1	2843
Reduzir a compra de bens (por exemplo, usando cada produto durante mais tempo ou reparando-o)	71,4	25,0	2,0	1,7	2845
Sensibilizar amigos e familiares para a importância do uso eficiente dos recursos	63,5	32,5	2,6	1,4	2844
Comprar ou vender produtos em segunda mão	39,6	48,4	7,6	4,3	2833
Reduzir o consumo de carne e laticínios	33,7	36,1	22,6	7,6	2842
Desenvolver iniciativas no local de trabalho, de estudo ou junto da comunidade que promovam o uso eficiente de recursos (por exemplo, partilha de boleias, instalação de painéis solares)	27,4	62,0	6,2	4,3	2839
Recorrer ao aluguer ou empréstimo de produtos	16,0	54,8	16,4	12,7	2821
Ser membro ou participar em organizações que defendam o uso eficiente dos recursos	13,5	61,7	16,9	7,9	2828
Tornar-se produtor de energia (ex. painéis fotovoltaicos)	7,4	64,9	18,6	9,1	2827

- No âmbito da estratégia Europa 2020, a Comissão Europeia definiu um conjunto de metas a atingir até final da segunda década do século XXI, que têm vindo a ser progressivamente atualizadas. Três dessas metas dizem diretamente respeito à questão da sustentabilidade energética e combate às alterações climáticas: reduzir em 80% as emissões de carbono (mas com a meta de 2050), garantir que 20% da energia provém de fontes renováveis e garantir um aumento de 20% na eficiência energética.

- A grande maioria dos inquiridos mostrou-se favorável aos objetivos propostos, mas é a meta de redução das emissões de gases com efeitos de estufa que recolhe um apoio mais expressivo (78%). A meta relativa à energia proveniente de fontes renováveis é considerada muito importante para 76% dos inquiridos e à relativa à eficiência energética, 71% dos inquiridos atribuem-lhe muita importância.

- Quanto aos impactos das metas verifica-se que as opiniões positivas suplantam as negativas em todos os domínios, mas que é a *qualidade de vida dos cidadãos* e a *dependência dos combustíveis fósseis* que são consideradas mais positivamente afetadas pelo cumprimento destas metas. Segue-se-lhes a *redução do preço da energia para as famílias* e *empresas* e a *criação de emprego* e, por fim, a *competitividade das empresas* (Quadro 4).

Quadro 4. Avaliação dos impactos das metas estabelecidas pela União Europeia (amostra total) (%)

	Muito positivos	Positivos	Nem positivos nem negativos	Negativos	Muito negativos	Não sei	N
Qualidade de vida dos cidadãos (qualidade do ar, saúde, etc.)	73,5	22,7	2,1	0,4	0,2	1,1	2849
Redução da dependência dos combustíveis fósseis (ex. petróleo)	68,0	26,8	2,9	0,6	0,3	1,3	2846
Redução do preço da energia para as famílias	47,0	29,5	11,6	6,0	1,2	4,7	2844
Criação de emprego	41,6	33,9	16,8	1,1	0,4	6,1	2838
Redução do preço da energia para as empresas	37,9	37,1	11,9	6,5	0,8	5,8	2843
Competitividade da indústria europeia face às indústrias de outros países	32,6	40,5	13,3	6,2	1,1	6,3	2842

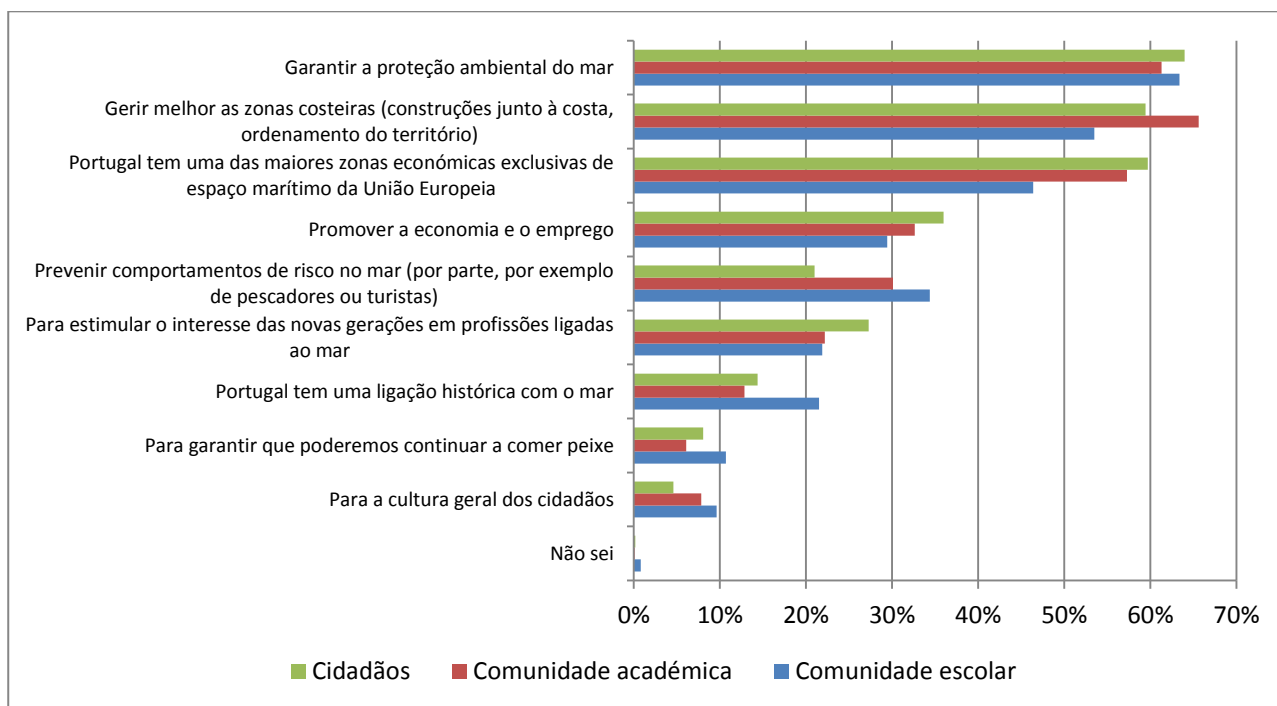
2.4. EDUCAÇÃO SOBRE O MAR

- No que diz respeito ao seu grau de informação sobre o mar e as suas diferentes componente ambientais, económicas e sociais, verifica-se que a maioria dos inquiridos se considera informado (62%), mas que mais de um terço dos respondentes se afirma pouco ou nada informado sobre este tema.

- Quase todos os inquiridos consideram importante (42%) ou muito importante (51%) desenvolver ações educativas sobre o mar.

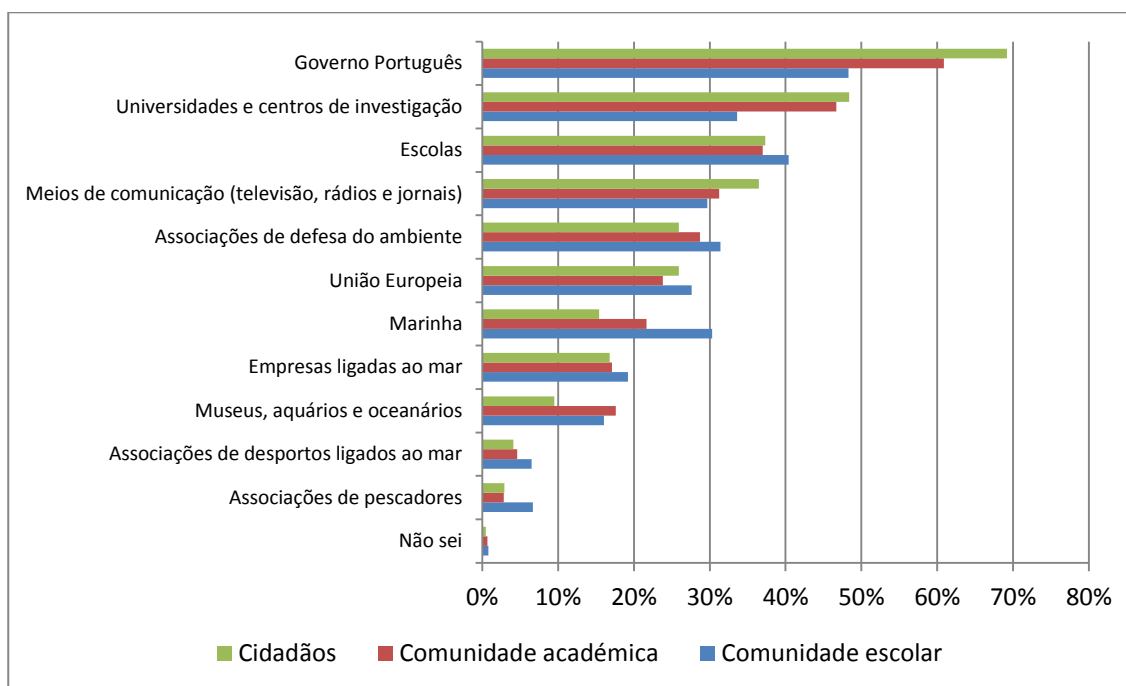
- As razões para o fazer são prioritariamente ambientais (63%), seguida da gestão das zonas costeiras (60% – há que referir que o inquérito foi realizado após um inverno rigoroso, com consequências gravosas em termos de erosão costeira, fortemente mediatizadas). A referência à zona económica exclusiva surge em terceiro lugar, com valores superiores a metade da amostra. Cerca de um terço dos inquiridos referiu a promoção do emprego e economia e a prevenção dos comportamentos de risco. As razões culturais (ligação histórica, cultura geral dos cidadãos) foram das menos escolhidas (Figura 6).

Figura 6. Razões assinaladas para a importância atribuída ao desenvolvimento de ações educativas sobre o mar (%)



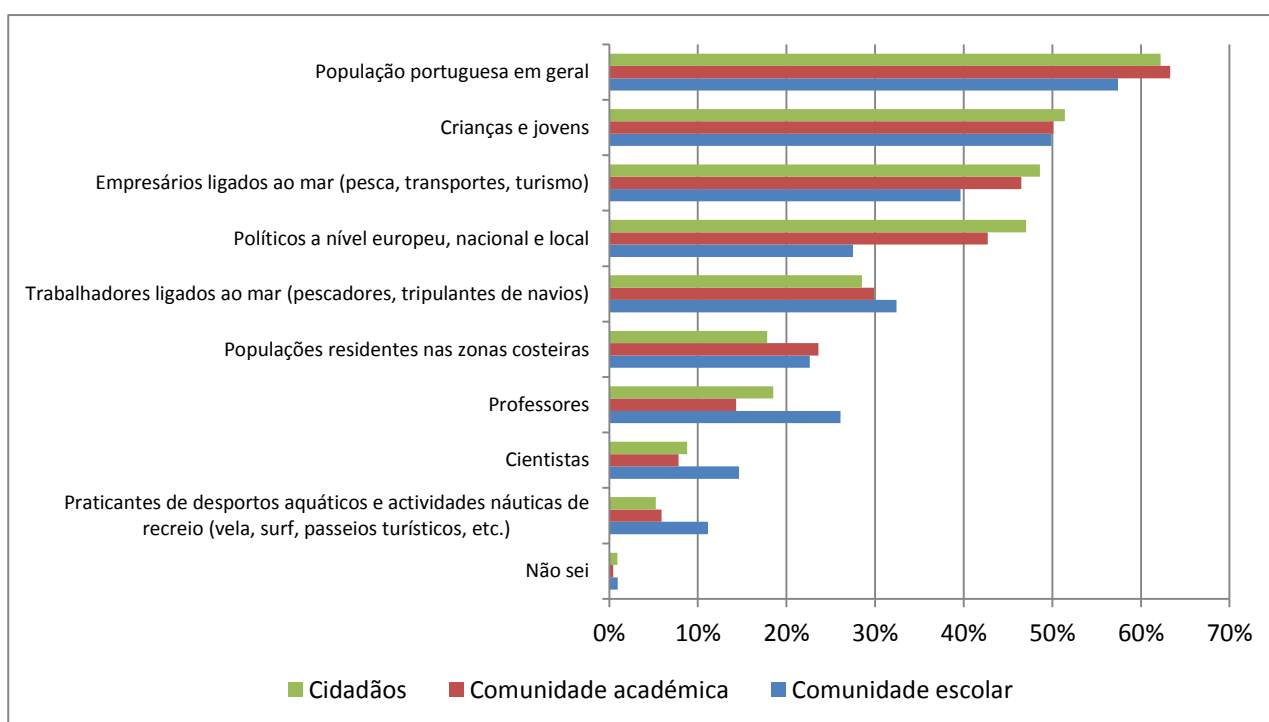
- No caso dos responsáveis pelo desenvolvimento das ações educativas sobre o mar, os inquiridos identificaram preferencialmente o *governo nacional*, seguido a uma certa distância pelas *universidades e escolas*. Os *meios de comunicação social* recolheram cerca de um terço das respostas e as *associações ambientais* e a *União Europeia* perto de um quarto (Figura 7).

Figura 7. Identificação dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de ações educativas sobre o mar (%)



- Já no que respeita aos destinatários das ações educativas sobre o mar, a maioria dos respondentes (62%) identifica a *população em geral*. Seguem-se-lhe as *crianças e jovens* (51%), os *empresários de sectores ligados ao mar* (46%) e os *políticos* (41%) (Figura 8).

Figura 8. Identificação dos principais destinatários de ações educativas sobre o mar (%)



3. CONCLUSÕES

- A sintonia das respostas recolhidas em relação aos temas da reindustrialização, da Economia Verde e do uso eficiente de recursos parece indicar que entre os inquiridos há uma predisposição para considerar os três temas importantes e a sua implementação um objetivo a atingir.
- O facto de ser atribuída maior importância à Economia verde do que à reindustrialização e levando em consideração as razões mais frequentemente selecionadas para justificar a aposta em cada uma destas áreas, parece deixar entrever um apoio muito marcado ao conceito de desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da relevância da abordagem da sustentabilidade para o desenvolvimento futuro (em todas as suas dimensões).
- É razoavelmente seguro referir que o conceito de reindustrialização surge num novo enquadramento, onde o desenvolvimento industrial que se preconiza conjuga a dimensão económica, a inovação e a tecnologia, com o intuito de melhorar o seu desempenho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.
- O facto de os inquiridos não associarem ao conceito de Economia verde os benefícios económicos deve servir como ponto de reflexão, no sentido de serem definidas estratégias de comunicação que permitam ultrapassar este enviesamento, uma vez que esse é um dos principais argumentos para se desenvolver esta nova abordagem.
- Quanto ao uso eficiente de recursos, os inquiridos desta amostra tendem a reconhecer a necessidade de uma ação integrada a diferentes níveis (tanto individual como estrutural) para que seja possível concretizar o objetivo de usar os recursos de forma mais eficiente.
- O reconhecimento da inevitabilidade da ação, face à finitude de muitos dos recursos que estruturam o nosso quotidiano, a par com a noção de que a ação a este nível terá impactos positivos no desenvolvimento económico são outros dos aspetos que merecem ser sublinhados.
- Uma conclusão transversal que ressalta da análise dos dados é a do reconhecimento de que a concretização do modelo da economia verde e do uso eficiente de recursos, em suma, a sustentabilidade, requer ações conjuntas, ou seja, onde diferentes agentes exercem a sua capacidade de ação e influência. São chamados a intervir os Governos (nacionais e ao nível Europeu), as empresas, os cidadãos, as universidades, organizações da sociedade civil, os meios de comunicação, etc.. Esta perspetiva é também observada quando se analisam os dados em relação à educação sobre o mar. Trata-se, portanto, de uma ideia relevante a destacar. Claro que o reconhecimento das responsabilidades partilhadas não implica a eliminação da ideia que são, ainda assim, diferenciadas, o que se torna visível na hierarquia das respostas e que valeria a pena aprofundar em estudos posteriores sobre estes temas.